

# AGRICULTURA

## Alguns aspectos político-econômicos da safra de verão 1992/93\*

Paulo Roberto Nunes da Silva\*\*

### 1 - Alguns condicionantes político-econômicos e o resultado da safra

As decisões de plantio da safra de verão 1992/93 foram tomadas, durante o segundo semestre de 1992, em uma conjuntura caracterizada por um forte clima de instabilidade política gerado pelo processo de *impeachment*. A perspectiva de troca do chefe da Nação e de sua equipe de governo esteve presente durante todo o terceiro trimestre, enquanto eram tomadas as decisões de plantio. Essa situação só ficou definida após o julgamento do processo de *impeachment*, ocorrido em 29 de setembro.

O novo Ministro da Agricultura, Deputado Lázaro Barbosa (PMDB-GO), somente foi empossado duas semanas mais tarde. Tendo sido Secretário Geral do Ministério da Agricultura durante a gestão de Iris Rezende e Vice-Presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural da Câmara Federal, Lázaro Barbosa tomou posse explicitando os seguintes compromissos: "(...) garantir o fluxo necessário de recursos para o custeio das lavouras", dar a máxima atenção aos pequenos produtores e ao abastecimento de gêneros alimentícios, "(...) para que os alimentos básicos tenham preços acessíveis às classes mais carentes", garantir aos produtores de feijão, arroz, milho e leite uma remuneração adequada "em detrimento dos atravessadores" (GM, 15.10.92, p. 16).

O novo Ministro da Agricultura não teve muito o que acrescentar em relação a medidas de política agrícola capazes de influir decisivamente no plantio da safra 1992/93. Estas já haviam sido tomadas pela equipe anterior, chefiada pelo Ministro Antônio Cabrera (SILVA, 1992).

Esses fatos políticos parecem não ter afetado fundamentalmente as decisões de plantio dos agricultores. A redução da área plantada na lavoura de milho ocorreu

---

\* Este texto contou com a participação, na compilação de informações e na elaboração de tabelas e gráficos, do estagiário de Economia Manoel Fernando Bittencourt

\*\* Economista da FEE

muito mais em função da decepção com o processo de comercialização da safra anterior do que em função da redução dos preços mínimos adotada pelo então Ministro Antônio Cabrera. Além disso, os bons resultados da safra anterior, que haviam permitido iniciar a recuperação das perdas de 1991, e os indícios de que os preços poderiam ser melhores em 1993 já haviam induzido os produtores a apostarem mais na soja.

Assim, no início de dezembro, foram divulgadas informações de que os agricultores, apesar de não estarem, no geral, expandindo a área de lavoura, estavam adquirindo mais insumos do que na safra anterior. O Sindicato da Indústria de Adubos de São Paulo divulgou que as vendas de fertilizantes no Centro-Sul deveriam alcançar, em 1992, um volume 7% superior ao ano de 1991. Esse aumento teria ocorrido, principalmente, em função de antecipações de compra realizadas pelos sojicultores e da redução dos preços dos fertilizantes durante o primeiro semestre de 1992. No período jan.-out./92, as vendas de fertilizantes atingiram 6,771 milhões de toneladas, quase 7,6% superiores às do mesmo período de 1991 (6,289 milhões de toneladas) no Centro-Sul.

As condições climáticas vigentes, especificamente no RS, durante o quarto trimestre do ano permitiram a conclusão do plantio e o desenvolvimento das lavouras sem maiores problemas.

Dessa forma, a produção gaúcha das quatro principais lavouras de grãos de verão, apesar de não se ter constituído em um recorde, deve ser considerada boa, podendo ser classificada como a segunda maior da história, com 15,7 milhões de toneladas. A recuperação da área plantada nas lavouras de arroz e soja não foi suficiente para superar a queda na produção de grãos gerada pela redução da área plantada na lavoura de milho. Relativamente à safra anterior, que foi a maior da história (15,9 milhões de toneladas), esta safra apresenta uma redução de 1,3%, se consideradas apenas as quatro principais lavouras antes mencionadas. O volume de grãos gerado no RS por essas quatro lavouras representa 24,3% da produção nacional das mesmas.<sup>1</sup>

Conforme se pode observar na Tabela 1, as lavouras de milho e feijão tiveram uma queda no volume de grãos produzidos de, aproximadamente, 17%. Com relação à área colhida, as reduções foram de 13,4 e 8,5% respectivamente. Ressalte-se que, tendo em vista que o volume de grãos gerado pela lavoura de milho representa em torno de 30% da produção total das quatro principais lavouras de verão gaúchas, qualquer variação significativa nesta lavoura afeta de forma importante a produção total de grãos. Os incrementos observados nas áreas colhidas das lavouras de soja e arroz, da ordem de 7,2 e 8,5% respectivamente, geraram aumentos de produção de 6,8% no caso da soja e de 8,1% no caso do arroz.

---

<sup>1</sup> Cálculo feito a partir dos dados finais da safra de verão divulgados pelo GCEA-RS (maio/93) e dos dados divulgados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, referentes ao mês de março de 1993

Tabela 1

Comparação entre área colhida, produção e rendimento de arroz, feijão, milho e soja no Rio Grande do Sul — safras 1991/92 e 1992/93

## a) área

PRODUTOS	1991/92 (ha) (A)	1992/93 (ha) (B)	$\Delta\%$ B/A
Arroz .....	898 097	974 477	8,50
Feijão .....	223 418	204 402	-8,51
Milho .....	2 007 315	1 737 892	-13,42
Soja .....	2 876 598	3 084 713	7,23
TOTAL .....	6 005 428	6 001 484	-0,07

## b) produção

PRODUTOS	1991/92 (t) (A)	1992/93 (t) (B)	$\Delta\%$ B/A
Arroz .....	4 568 263	4 939 164	8,12
Feijão .....	190 650	158 388	-16,92
Milho .....	5 547 016	4 599 155	-17,09
Soja .....	5 629 537	6 014 717	6,84
TOTAL .....	15 935 466	15 711 424	-1,41

## c) rendimento

PRODUTOS	1991/92 (kg/ha) (A)	1992/93 (kg/ha) (B)	$\Delta\%$ B/A
Arroz .....	5 087	5 069	-0,35
Feijão .....	853	775	-9,14
Milho .....	2 763	2 646	-4,23
Soja .....	1 957	1 950	-0,36
TOTAL .....	10 660	10 440	-2,06

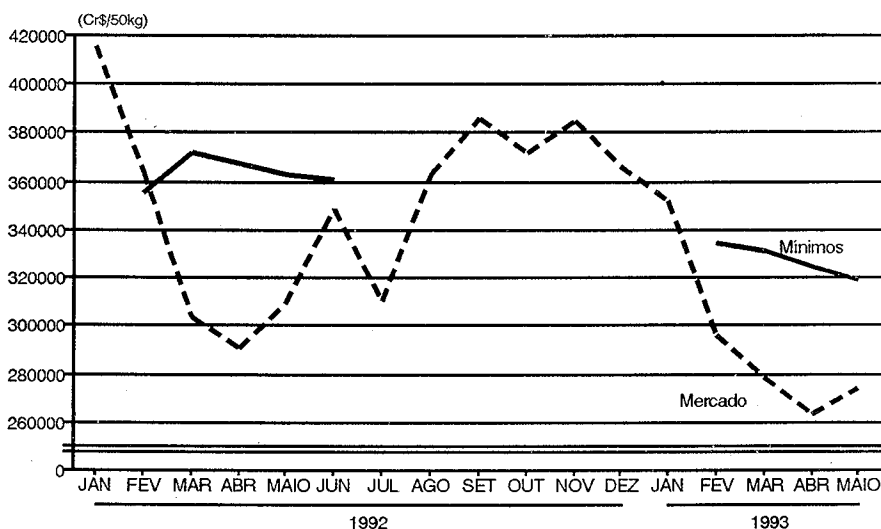
FONTE: IBGE/GCEA.

## 2 - Alguns aspectos do processo de comercialização

O preço médio recebido pelos produtores de arroz<sup>2</sup> no período mar.-maio desta safra, em termos reais<sup>3</sup>, situou-se num patamar 9,6% inferior ao observado no mesmo período da safra passada (Gráfico 1). A tendência de alta, iniciada com a liberação de recursos para EGF-COV pelo Governo Federal, ainda no primeiro semestre de 1992, foi contida a partir de outubro de 1992, na medida em que se definia a existência de excedentes. A partir de dezembro de 1992, a perspectiva de entrada da nova safra acentuou a tendência de queda, que persistiu até maio de 1993.

### GRÁFICO 1

#### PREÇOS DE MERCADO E PREÇOS MÍNIMOS DO ARROZ — JAN/92-MAIO/93



FONTE: EMATER-RS.  
CONAB.

NOTA: Valores corrigidos pelo IGP-FGV de maio/93.

<sup>2</sup> Os preços recebidos pelos produtores utilizados neste texto são os divulgados pela EMATER-RS.

<sup>3</sup> A atualização monetária dos preços utilizados neste artigo, quando não houver referência expressa em contrário, foi calculada utilizando-se o IGP-FGV, base maio/93.

Em fevereiro, início da colheita, a situação dos preços no mercado de arroz era a seguinte: enquanto o custo do EGF era estimado em cerca de Cr\$ 205.000,00/50kg, o preço de mercado situava-se em Cr\$ 138.383,00/50kg (EMATER-RS), e o preço mínimo para o início das operações relativas à safra 1992/93 era de Cr\$ 156.419,00/50kg.

Nesse quadro, os produtores seguraram suas vendas durante o mês de março, tentando gerar uma reação dos preços. Efetivamente, conseguiram reduzir o ritmo de queda que vinha sendo observado até então. O preço do arroz, depois de ter apresentado uma variação de apenas 6,4% em fevereiro, acabou alcançando 20,4% em março, comparado com uma variação da TR de 26,4% em fevereiro e de 25,8% em março (Tabela 2).

Tabela 2

Comparação entre a variação mensal dos preços recebidos pelos produtores de arroz, feijão, milho e soja e a TR no Rio Grande do Sul — jan./92-maio/93

PERÍODOS	SOJA	MILHO	ARROZ	FEIJÃO	TR
1992					
Jan.	30,47	8,45	31,71	38,98	25,48
Fev.	26,39	10,67	9,24	12,54	25,61
Mar.	15,40	6,62	0,57	20,56	24,27
Abr.	12,10	3,52	13,52	17,11	21,08
Mai	27,13	45,11	30,54	21,47	19,81
Jun.	27,94	36,01	36,63	29,10	21,05
Jul.	21,96	22,00	8,47	27,18	23,69
Ago.	25,52	22,12	46,68	23,85	23,22
Set.	43,27	37,86	35,58	30,80	25,38
Out.	24,40	34,94	20,33	39,13	25,07
Nov.	16,65	28,89	28,73	21,73	23,29
Dez.	38,80	32,91	17,73	35,07	23,95
1993					
Jan.	20,27	18,65	23,47	14,14	26,76
Fev.	20,99	11,34	6,40	10,07	26,40
Mar.	12,63	17,12	20,39	18,15	25,81
Abr.	20,45	27,65	21,20	35,51	28,22
Mai	33,50	40,03	36,09	44,74	28,68

FONTE: EMATER-RS.  
Banco Central do Brasil.

Cerca de 2.000 orizicultores mobilizaram-se em meados de abril — apesar desse início de recuperação dos preços —, realizando, em oito cidades do interior gaúcho, o Dia de Alerta à Comunidade. Essa mobilização teve por objetivo chamar atenção para o que foi denominado de "inexistência de uma política governamental para o setor" (GM, 14.4.93, p.19). Através dessa mobilização, eles exigiam que o Governo respondesse oficialmente à Carta de Uruguaiana, elaborada durante uma assembléia de produtores naquela cidade, em 13 de maio. Nesse documento, os arrozeiros pediam: a equivalência-produto; a rolagem das dívidas pelo prazo de 10 anos (à época estimada em US\$ 1 bilhão); e a adoção de uma política de preços mínimos compatível com seus custos de produção.

A mobilização dos orizicultores teve continuidade com o fechamento de estradas na fronteira com o Uruguai e, mais uma vez, com a paralisação das vendas. Dessa feita, advertiam o Governo e pediam providências para sustar a entrada do arroz vindo do Uruguai. Alegavam que o arroz que estava sendo internalizado, vindo daquele país, era, na verdade, arroz tailandês, que chegava ao Brasil, graças aos subsídios na origem, a preços abaixo do preço vigente no mercado para o arroz nacional. A retomada das vendas de arroz só ocorreria se fosse respeitada uma tabela de preços mínimos de venda, cujas cotações deveriam ser corrigidas semanalmente. Até meados de maio, poucas vendas ocorreram, devido à continuidade da retenção do produto por parte dos produtores. Saliente-se que essa retenção, de certa forma, foi facilitada, pois o importante mercado de São Paulo se encontrava relativamente abastecido.

A liberação das importações com alíquota zero, no âmbito do MERCOSUL, tem incentivado a produção de arroz, tanto no Uruguai como na Argentina. A produção argentina de arroz cresceu cerca de 7% ao ano no período 1987-92, enquanto a do Uruguai cresceu 11,8% no mesmo período (Conj. Agropec., 3/14.5.93, p. 2). Esse aumento da produção nos países vizinhos ampliou o excedente no âmbito do MERCOSUL, contribuindo para a contenção dos preços no mercado interno. Saliente-se que informações não oficiais apontam o fato de que grande parte da produção uruguaia e argentina é gerada por orizicultores gaúchos que para lá têm se deslocado em função das vantagens obtidas com os custos de produção mais baixos. Em maio, uma tonelada de arroz vindo desses dois países poderia entrar no Brasil por cerca de US\$ 140, enquanto o preço mínimo brasileiro era de US\$ 195.

No início de junho, os produtores de arroz, dando continuidade a seu movimento, realizaram dois importantes eventos no contexto de sua mobilização. Primeiro, ratificaram o pedido de renegociação das dívidas (GM, 2.6.93, p. 14), através da FEDERARROZ, em uma reunião com técnicos da Secretaria Nacional de Política Agrícola e do Banco do Brasil. Depois, conseguiram mobilizar, em Brasília, um grupo de aliados formado pelo Governador Alceu Collares, pelos 24 maiores produtores de arroz do Rio Grande do Sul, por 20 deputados estaduais, e por 31 deputados federais gaúchos. Esse grupo participou de uma reunião com o Presidente Itamar, na qual foram expostas suas reivindicações. Eles pediram ao Presidente que estabelecesse uma alíquota de 35% para o comércio de arroz no âmbito do MERCOSUL, que suspendesse a entrada no Brasil de arroz subsidiado oriundo da Tailândia, do Vietnã, da Austrália e dos EUA e que concedesse uma linha de financiamento, no montante de US\$ 400 milhões, para recuperação do setor.

Como resultado desses eventos, o Presidente determinou a criação de uma comissão interministerial, formada por representantes dos Ministérios da Agricultura, Fazenda, Relações Exteriores, Indústria e Comércio e do Banco do Brasil, com o compromisso de estudar a situação. Além disso, conseguiram, na mesma ocasião, que

o Governador Collares assumisse o compromisso de trabalhar em prol da redução da alíquota do ICMS para o arroz em cinco pontos percentuais, passando de 12% para 7% (GM, 3.6.93, p. 20).

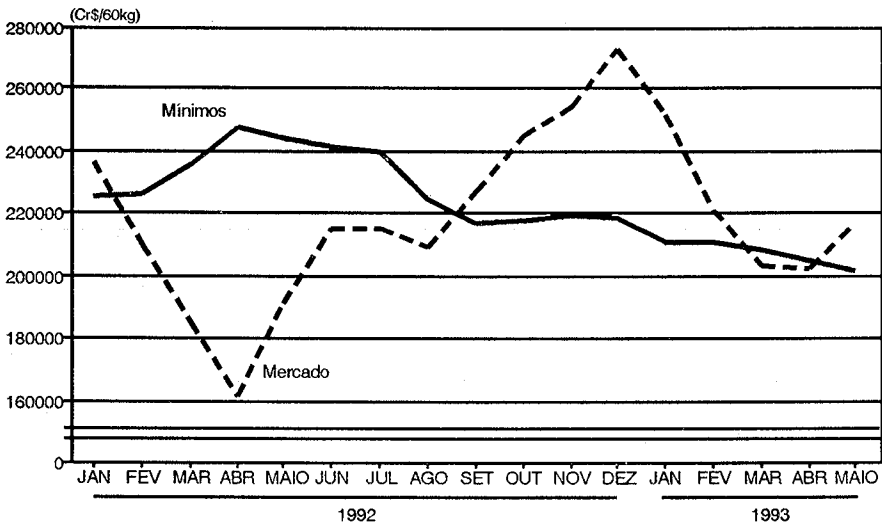
A recuperação originada pelo movimento dos produtores não foi suficiente para fazer os preços de mercado superarem os preços mínimos. O custo dos EGFs, no início de junho, superava o preço de mercado em cerca de 52%, inviabilizando a liquidação de um volume de cerca de 1.500.000 toneladas de arroz agulhinha remanescente da safra 1991/92. Saliente-se que, em 15 de junho, segundo a CONAB, já estavam contabilizados mais 790.000 toneladas em EGF de arroz agulhinha da safra 1992/93 no RS.

Essa existência de estoques "egefados", somada ao fato de que os preços no mercado externo estão em baixa e aliada à oferta de arroz oriunda do Uruguai e da Argentina a preços mais baixos que os internos, aponta uma situação em que somente através de poder político e econômico o setor arrozeiro conseguirá melhores preços daqui para a frente.

Com relação ao milho, tem-se que o preço médio recebido pelos produtores no período mar.-maio do corrente ano se situou 15,4%, em termos reais, acima do preço vigente durante o mesmo período do ano passado (Gráfico 2). Entretanto essa recuperação ocorreu sobre um preço médio que, no ano passado, se igualava ao nível mais baixo já observado nos últimos 10 anos.

## GRÁFICO 2

### PREÇOS DE MERCADO E PREÇOS MÍNIMOS DO MILHO — JAN/92-MAIO/93



FONTE: EMATER-RS.  
CONAB.

NOTA: Valores corrigidos pelo IGP-FGV de maio/93.

O anúncio feito na safra 1991/92, antes do início da colheita, de que seria colhida uma safra recorde, que poderia ultrapassar os 5,5 milhões de toneladas no RS, provocou nova queda de preços no mercado. As primeiras vendas chegaram a ser feitas a preços que representavam até a metade do preço mínimo vigente. Na seqüência, as pressões dos produtores levaram o Governo Federal a liberar recursos para EGF-COV, o que gerou, durante o período maio-jun., uma recuperação dos preços.

Após um período de oscilações entre julho e setembro do ano passado, determinado pela indefinição com relação ao vencimento dos EGFs, os preços voltaram a elevar-se até atingirem o pico em dezembro passado. Estranhamente, durante esse período, a produção recorde de milho não foi encontrada no mercado gaúcho pelos grandes consumidores. Exemplo disso foram as importações da Argentina, internalizadas para suprir a demanda insatisfeita. Diga-se de passagem que os excedentes encontrados a nível nacional<sup>4</sup> não impediram o crescimento dos preços no RS, durante a entressafra passada, em função das conhecidas dificuldades para abastecimento gaúcho com produto oriundo do Paraná e do Centro-Oeste.

A partir de janeiro, à medida que se aproximava a entrada do produto da safra 1992/93 no mercado, os preços entraram novamente em queda, também favorecida pela inexistência de pressões de demanda, já que os grandes consumidores se encontravam abastecidos. Contudo a perspectiva de que a oferta gaúcha deveria ser mais ajustada em 1993 fez com que a queda de preços não voltasse a atingir os baixos níveis observados na safra anterior.

Além disso, é importante destacar que, este ano, os produtores de milho, basicamente os que produzem para mercado, parecem estar assumindo a mesma tática de colocação gradativa da sua produção no mercado, que já vinha sendo utilizada no caso da soja. Essa prática também contribuiu para reduzir o excesso de oferta no momento de concentração da comercialização e para que a queda de preços não tivesse alcançado os mesmos níveis da safra passada.

O preço médio recebido pelos produtores de soja, em termos reais, apresentou-se num patamar 4,6% mais baixo do que o observado no mesmo período da safra anterior, durante os meses de março, abril e maio do corrente ano (Gráfico 3). A partir do mês de maio, entretanto, observa-se uma recuperação que pode ser creditada ao comportamento dos produtores de colocar de forma gradativa, e na medida de suas necessidades, a produção no mercado. Essa prática, aliada à da venda antecipada, vem se desenvolvendo nas últimas safras, o que representa uma importante mudança de comportamento do produtor que busca suprir suas necessidades de caixa através do gerenciamento da venda de sua produção, de forma a manter um fluxo que permita a manutenção da atividade com o mínimo de dependência do setor financeiro.

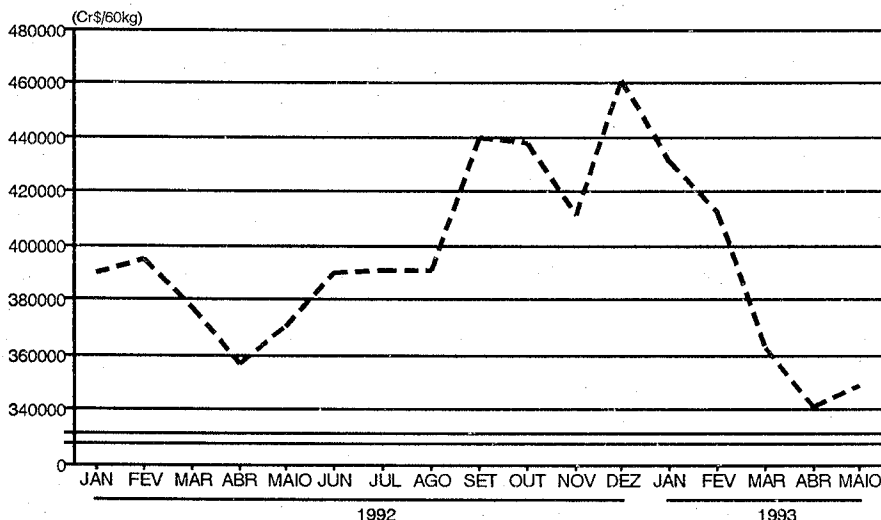
No início de junho, as informações da CONAB davam conta de que 60% da produção já havia sido comercializada, mas os produtores continuavam restringindo a oferta na intenção de obter melhores preços. Efetivamente, notícias de problemas climáticos no meio-oeste norte-americano, divulgadas no final de junho, e a informação de que russos e norte-americanos haviam firmado um acordo de comércio criaram novas expectativas de crescimento dos preços.

<sup>4</sup> Os excedentes de milho da safra 1991/92 foram estimados pela CONAB, em fevereiro de 1993, em cerca de 3,4 milhões de toneladas.



## GRÁFICO 3

## PREÇOS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES DE SOJA — JAN/92-MAIO/93



FONTE: EMATER-RS.  
CONAB.

NOTA: Valores corrigidos pelo IGP-FGV de maio/93.

Segundo a CONAB, as previsões eram de que, relativamente à safra anterior, deveriam ser exportados 20% a mais de grãos, 9% a mais de farelo e 28% a mais de óleo. A receita estimada do complexo soja deverá ser de 15% a mais do que a da safra anterior, atingindo cerca de US\$ 3,1 bilhões (Conj. Agropec., 31.5/4.6.93).

Um fato importante para uma avaliação do futuro do mercado externo para os produtores brasileiros de soja foi a reunião ocorrida em meados de junho, no Brasil, entre os representantes brasileiros e argentinos das indústrias de óleos vegetais e os representantes da International Association of Seed Crushers IASC e da sua coirmã na Europa, conhecida como FEDIOL.

Os representantes dos EUA e da CEE vieram ao Brasil para trazer uma proposta denominada de International Level Playing Field. Tal proposta, que pode ser interpretada como um complemento ao acordo das oleaginosas, assinado recentemente entre EUA e CEE, pretende criar o livre acesso às matérias-primas para todos os países processadores. Em resumo, eles propunham, através dessa proposta, a remoção, a nível mundial, de todas as barreiras tarifárias e formas de "competição desleal" (GM, 16.6.93, p. 15).

O presidente da National Oil Seed Association (NOPA) dos EUA e recém-eleito presidente da IASC, antes referida, informou, ao chegar ao Brasil, que, "Na atual atmosfera do GATT a proposta seria mais facilmente aprovada se tivesse o apoio de todos os interessados, mas é possível que os EUA e a Europa levem a coisa adiante, mesmo sem o amparo do Brasil e da Argentina". Seu colega, vice-presidente da IASC, acrescentou que: "Esperamos não ter que tomar esta difícil decisão. Faremos todos os esforços para negociar com as indústrias brasileiras e argentinas" (GM, 17.6.93, p. 18).

Esse episódio é importante para se apreciar a situação do mercado internacional de *commodities* agrícolas à luz do atual estágio das discussões da Rodada Uruguai do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT). O impasse que perdura há alguns anos nas discussões sobre o mercado agrícola tem como maior obstáculo as divergências entre EUA e CEE.

Nesse embate, os interesses de produtores de países do Terceiro Mundo certamente são secundários e só serão levados em conta na mesma medida em que se coadunarem com os interesses dos segmentos hegemônicos do Primeiro Mundo. A proposta acima descrita visa claramente garantir o abastecimento das plantas esmagadoras na Europa e nos EUA. Certamente, nessas circunstâncias, o poder econômico de consumidores de tal quilate prevaleceria, com conseqüências pouco vantajosas para produtores brasileiros e argentinos.

De qualquer forma, é importante salientar que o jogo do mercado internacional requer um cacife cada vez mais alto, e só os jogadores atentos e com poder de barganha poderão vislumbrar uma chance de sucesso. A entrada e a expansão no mercado nacional de importantes e fortes grupos estrangeiros que operam na área de alimentos talvez seja o maior indicativo para os produtores agrícolas brasileiros de que a saída poderá estar na busca de soluções para atingir um mercado interno potencial de 150 milhões de consumidores.

### **3 - As trocas de ministros e alguns aspectos da política agrícola do Presidente Itamar**

Neste início de entressafra e no momento em que já se observam as primeiras especulações com relação ao plantio da safra 1993/94, ainda não existem definições em termos de política agrícola.

O Ministério da Agricultura vem de um período de quase 30 dias em que esteve acéfalo, em função da exoneração de Lázaro Barbosa e da desastrada nomeação de Nuri Andrauss Gassani. O Ministro Lázaro Barbosa deixou o cargo desprestigiado pelas lideranças do setor, que, no geral, o consideraram pouco eficiente durante o período de sete meses em que exerceu o cargo.

Nuri Andrauss Gassani tomou posse em 7 de junho e, em razão de seu "currículo", foi demitido uma semana após sua posse. Em entrevista e em nota oficial à imprensa, declarou que deixava o cargo em face de "(...) uma trama destinada a derrubá-lo do cargo (...)", articulada por "(...) 150 banqueiros que dominam o Brasil (...)" (GM, 16.6.93a, p.6), ao se sentirem ameaçados pela possibilidade de aprovação de sua proposta de financiamento por equivalência-produto.

Na solenidade de posse de Nuri Andrauss Gassani, o Presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), Antônio Ernesto Salvo, havia feito uma declaração que, *a posteriori*, se tornou interessante. Para Antônio Salvo, era perigoso um ministro da agricultura iniciar afrontando o sistema financeiro com a bandeira da equivalência-produto. Essa aparente antecipação do que diria mais tarde o próprio Nuri Andrauss, após sua demissão, foi seguida de uma declaração de conotação crítica à principal prioridade do efêmero ministro. Segundo Antônio Salvo, só 25% dos agricultores usam crédito rural, sendo, portanto, necessário pensar nos outros 75%, promovendo a manutenção da renda agrícola, com a garantia de preços mínimos e sustentação de preços; organizando o Ministério da Agricultura e reduzindo a carga tributária sobre os produtos agrícolas. Aparentemente, a CNA defende medidas para a recuperação da agricultura que não priorizam a equivalência-produto.

José Antônio Barros Munhoz, que tomou posse no lugar de Nuri Andrauss dois dias após sua demissão, defende as mesmas teses de seu antecessor, mas esclarece, de antemão, que a adoção da equivalência-produto deverá passar por uma discussão prévia para definir como será formado o fundo necessário à equalização. Segundo ele, o Tesouro Nacional não dispõe de recursos, e não é intenção do Governo assumir esse ônus. O sistema financeiro poderia contribuir para a formação do fundo, mas ele também contaria com recursos dos produtores. Segundo palavras de Barros Munhoz, "Poderia ser aplicada uma taxa aos produtores". Saliente-se que a participação dos agricultores na formação de recursos para o fundo não está explicitada na proposta do Fórum de Secretários da Agricultura, articulado e realizado em São Paulo pelo Governador Fleury e do qual o atual Ministro da Agricultura foi coordenador.

Informações veiculadas pela imprensa apontam que Barros Munhoz assumiu a Secretaria da Agricultura em São Paulo em função do acordo entre PTB e PMDB para auxiliar a eleição de Fleury. A sua filiação ao PMDB ocorreu duas semanas antes de sua nomeação para o Ministério. Em seu discurso de posse, Barros Munhoz definiu que sua principal prioridade seria a criação do Fundo de Equivalência Agropecuária (FUNDAGRO), seguida da modificação da Política de Garantia de Preços Mínimos e da revisão da tributação sobre produtos agrícolas.

A equivalência-produto não fez parte do pacote de medidas específicas para o setor agrícola inseridas no programa econômico anunciado pelo Governo Itamar Franco no final de abril, ainda na gestão do Ministro Eliseu Resende. O ex-Ministro Eliseu Resende, naquela ocasião, apenas salientou que seriam tomadas medidas para estudar a implementação do sistema sem onerar os cofres públicos. O atual Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, e, anteriormente, o próprio Presidente Itamar já se manifestaram contrários à implantação do sistema de equivalência-produto com ônus para os cofres públicos. A indefinição sobre a origem dos recursos que irão formar o fundo necessário ao funcionamento desse sistema continua sendo o principal obstáculo à sua implantação.

O pacote econômico do ex-Ministro Eliseu Resende, que foi interpretado como uma primeira etapa de sua ação em busca do controle da inflação, continha um programa de gastos da ordem de US\$ 4,8 bilhões no âmbito do setor agrícola. Tal volume de recursos seria direcionado para o aumento da produção destinada aos mercados interno e externo e ao incremento do nível de emprego para reduzir o fluxo migratório. Estava previsto um tratamento diferenciado para os pequenos produtores, e os estoques públicos deveriam ser prioritariamente destinados a revitalizar programas de abastecimento de caráter social.

A maior parte dessas destinações de recursos já estava prevista desde a administração de Paulo Haddad, que antecedeu Eliseu Resende. A inclusão dessas destinações entre as medidas enunciadas no pacote de Eliseu Resende apenas ratifica uma intenção do Presidente Itamar Franco de atuar nessas áreas. Dentre as destinações de recursos explicitamente referidas estavam (GM, 24 e 26.4.93, p. 6):

- US\$ 300 milhões de recursos do Tesouro Nacional para equalização de taxas de juros a serem empregados para o financiamento de produtos básicos, como arroz, feijão, milho, mandioca e cana-de-açúcar;
- US\$ 300 milhões para a equalização de preços de produtos agrícolas não especificados;
- US\$ 250 milhões para o custeio da safra de inverno de 1993;
- US\$ 700 milhões para a comercialização da safra 1992/93;
- US\$ 1 bilhão para custeio, renovação e garantia ao setor canavieiro;
- US\$ 860 milhões para custeio, comercialização e investimentos na cafeicultura, com recursos próprios do FUNCAFÉ;
- US\$ 1,4 bilhão para correção de solos, renovação do parque de máquinas e construção de armazéns em nível de propriedade. Esses recursos seriam captados junto ao setor privado, FINAME Rural, fundos constitucionais e Programa Nacional de Desenvolvimento Rural;
- US\$ 200 milhões para a solução das dívidas do PROAGRO;
- US\$ 10 milhões para implementar programas sociais de alimentação com recursos do Tesouro Nacional.

Pode-se dizer que os vetos colocados pelo Presidente Itamar, em 25 de fevereiro, à Lei de Reforma Agrária explicitaram uma preocupação com as questões que afetam os interesses dos menos favorecidos e, de certa forma, confirmaram a sua preocupação inicial com os problemas sociais. Entretanto a intenção de liberar US\$ 1 bilhão para custeio, renovação e garantia do setor canavieiro, manifestada no pacote de 24 de abril, não deixa de ser um contraste com a destinação de apenas 0,01% desse montante para sustentar a expansão dos pontos de venda da Rede SOMAR de 13.000 para 20.000, com o objetivo de melhorar o abastecimento para as classes menos favorecidas.

Certamente, em 16 de julho, quando deverá ser anunciado o conjunto de políticas para a próxima safra, será possível verificar-se melhor as intenções do Governo Itamar em relação ao setor agrícola. O Ministro Barros Munhoz, antecipando alguns elementos do pacote, diz que o presidente quer alcançar uma produção de 80 milhões de toneladas de grãos na safra 1993/94 e de 90 milhões na safra 1994/95.

## Bibliografia

- CONJUNTURA AGROPECUÁRIA (3/14.5.93) Brasília: Ministério da Agricultura/ CONAB, v.3, n.15, p.2.
- CONJUNTURA AGROPECUÁRIA (31.5/4.6.93). Brasília: Ministério da Agricultura/ CONAB, v.3, n.18.
- GAZETA MERCANTIL (14.4.93). Produtores gaúchos fazem protesto contra a falta de política para o setor. São Paulo. p.19.

GAZETA MERCANTIL (15.10.92). Barbosa assume e diz que recursos para custeio da safra serão garantidos. São Paulo. p.16.

GAZETA MERCANTIL (16.6.93). Brasil e Argentina contra proposta de complemento de acordo das oleoginosas. São Paulo. p.15.

GAZETA MERCANTIL (16.6.93a). Nuri Andraus pede demissão do ministério. São Paulo. p.6.

GAZETA MERCANTIL (17.6.93). EUA e CEE querem complementar acordo mesmo sem apoio do Brasil e Argentina. São Paulo. p.18.

SILVA, Paulo Roberto Nunes da (1992). Alguns aspectos da política agrícola para a safra 1992/93. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v.20, n.3, p.27-39.